



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

014. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

01. Considerando os termos da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definidas em lei, ainda que o proprietário possua outra.
- (B) é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade rural improdutiva, independente de o proprietário possuir ou não outra.
- (C) é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a grande propriedade rural, assim definida por lei, ainda que seja produtiva, se o proprietário possuir outra.
- (D) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, ainda que improdutivas e o proprietário possua outra.
- (E) é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que o seu proprietário não possua outra.

02. Nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, quanto à concessão do real uso de terras públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Far-se-á mediante contrato e constará obrigatoriamente cláusula definindo a obrigatoriedade de residência dos beneficiários na localidade de situação das terras.
- (B) Far-se-á mediante termo de doação condicionada, dentre outros, à indivisibilidade e intransferibilidade das terras, a qualquer título, sem autorização expressa e prévia do doador.
- (C) O beneficiário deverá explorar as terras, de modo direto, pessoal ou familiar, para cultivo ou qualquer outro tipo de exploração, sob pena de anulação da concessão.
- (D) O beneficiário deve explorar as terras, mas deve manter as reservas florestais obrigatórias, sem necessidade de observância das restrições ambientais do uso do imóvel.
- (E) Far-se-á mediante termo de doação em que estabelecerá a obrigatoriedade dos beneficiários residirem na localidade de situação das terras, bem como de manter as reservas florestais obrigatórias.

03. Compete à Fundação ITESP, para a consecução de suas finalidades,

- (A) implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais e urbanos, nos termos da Lei n.º 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar.
- (B) prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados.
- (C) promover a regularização fundiária de terras devolutas, ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente, em colaboração com a Procuradoria Geral de Justiça.
- (D) prestar assistência técnica, jurídica e social às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados.
- (E) identificar e propor soluções para os conflitos latifundiários.

04. Quanto à advocacia e consultoria jurídica da Fundação ITESP, nos termos do Regulamento Geral da Fundação ITESP, é correto afirmar:

- (A) a Advocacia e Consultoria Jurídica da Fundação será coordenada e supervisionada por um advogado designado pela Procuradoria Geral do Estado.
- (B) o Grupo de Advocacia Contenciosa tem por atribuição realizar a defesa judicial e administrativa da Fundação e de seus dirigentes.
- (C) compete ao Grupo da Advocacia Contenciosa representar judicial e extrajudicialmente a Fundação.
- (D) compete ao Grupo de Advocacia Consultiva participar das comissões de licitações, como membro.
- (E) cabe ao Grupo de Advocacia Consultiva exercer as funções de instrutor e de curador dos interesses dos trabalhadores rurais, nos termos do art. 6.º do Decreto n.º 44.422, de 23 de novembro de 1999.

05. Nos termos do Regulamento Geral da Fundação ITESP, é atribuição da Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários

- (A) promover o aperfeiçoamento das relações da Fundação com as organizações representativas dos trabalhadores rurais e urbanos.
- (B) acompanhar e elaborar estudos a respeito da disponibilidade de recursos fundiários para fins de assentamento de trabalhadores rurais nos Estados.
- (C) estudar e propor medidas à Diretoria Executiva para o aperfeiçoamento das relações e da organização agrária no âmbito dos Estados, visando a prevenção de conflitos.
- (D) elaborar diagnósticos e propor alternativas visando a solução dos conflitos latifundiários do Estado.
- (E) acompanhar e elaborar estudos a respeito da absorção da mão de obra no meio rural.

06. Nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, quanto à política agrícola, agrária e fundiária, caberá ao Estado, com a cooperação dos Municípios,
- (A) orientar o desenvolvimento rural e urbano, mediante zoneamento agrícola inclusive.
 - (B) criar sistema de inspeção e fiscalização de insumos industriais e agropecuários.
 - (C) criar programas especiais para fornecimento de energia, de forma favorecida, com o objetivo de amparar e estimular a irrigação.
 - (D) manter um sistema de defesa sanitária animal, vegetal e mineral.
 - (E) criar programas específicos de crédito, de forma favorecida, para custeio e aquisição de insumos, objetivando incentivar a produção pecuária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

07. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos
- (A) o pluralismo político.
 - (B) a autodeterminação dos povos.
 - (C) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - (D) a concessão de asilo político.
 - (E) a solução pacífica dos conflitos.
08. Assinale a alternativa que corresponde a uma competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na organização político-administrativa atual da República Federativa do Brasil.
- (A) Assegurar a defesa nacional.
 - (B) Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
 - (C) Autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
 - (D) Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
 - (E) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

09. No tocante à ordem social brasileira, é correto afirmar que
- (A) a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, com caráter contributivo, mas sem filiação obrigatória.
 - (B) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, dependendo de contribuição à seguridade social.
 - (C) a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.
 - (D) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que não visem à redução do risco de doença e de outros agravos.
 - (E) as práticas desportivas não-formais não serão fomentadas pelo Estado.
10. Compete aos Municípios instituir imposto sobre
- (A) importação de produtos estrangeiros.
 - (B) produtos industrializados.
 - (C) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
 - (D) propriedade predial e territorial urbana.
 - (E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
11. Assinale a alternativa correta sobre o que estabelece a Constituição Federal brasileira em vigor, no tocante à política agrícola e fundiária e reforma agrária.
- (A) A lei não regulará e nem limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física estrangeira.
 - (B) A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.
 - (C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, negociáveis pelo prazo de dez anos.
 - (D) A destinação de terras públicas e devolutas não será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.
 - (E) A lei não regulará e nem limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa jurídica estrangeira.
12. O órgão que tem a competência constitucional para processar e julgar, originariamente, uma ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual é o
- (A) Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Tribunal Regional Federal.
 - (E) Tribunal Superior do Trabalho.

13. Quanto aos procedimentos administrativos da Administração Pública centralizada e descentralizada do Estado de São Paulo, que não tenham disciplina legal específica, a Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando
- (A) ultrapassado o prazo de 5 anos contado de sua produção.
 - (B) da irregularidade não resultar qualquer prejuízo.
 - (C) não forem passíveis de convalidação.
 - (D) faltar ou for insuficiente a motivação.
 - (E) houver desvio de poder.
14. Sobre o Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos – SEDUSP assinale a alternativa correta.
- (A) Divulgará, mensalmente, a lista de órgãos públicos contra os quais houve reclamações.
 - (B) Tem por objetivo a apuração disciplinar do agente público responsável pelo mau atendimento.
 - (C) Tem como um dos objetivos a criação de programa de racionalização e melhoria dos serviços públicos.
 - (D) Atuará de forma integrada com entidades representativas da União e dos Municípios.
 - (E) Criará minutas de contratos-padrão redigidas em termos claros, com caracteres ostensivos e legíveis, de fácil compreensão.
15. Nos termos da Lei n.º 8.666/93, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até
- (A) 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos.
 - (B) 30% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos.
 - (C) 30% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 25% para os seus acréscimos.
 - (D) 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 30% para os seus acréscimos.
 - (E) 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 75% para os seus acréscimos.
16. Tratando-se de licitação denominada deserta, é correto afirmar:
- (A) trata-se de licitação em que aparecem interessados, mas nenhum é selecionado em decorrência da inabilitação ou da desclassificação.
 - (B) ocorrendo, a Administração Pública não está dispensada de realizar nova licitação, para não causar prejuízo público.
 - (C) é aquela em que houve dispensa de licitação, quando o contrato tenha por objetivo atender uma situação extrema.
 - (D) tem como um dos requisitos que nenhum interessado tenha apresentado a documentação exigida na proposta.
 - (E) deve ser reconhecida quando é caso de aquisição de bens ou serviços e a licitação é dispensada por seu valor.
17. Assinale a alternativa correta sobre a concessão de serviço público.
- (A) O concessionário executa o serviço em seu próprio nome e corre os riscos normais do empreendimento.
 - (B) A inalterabilidade do objeto não é uma das prerrogativas da concessão, exceto se houver desequilíbrio econômico.
 - (C) Pode ser concedida atividade que não seja própria da Administração, transferindo-se a titularidade da concessão ao concessionário.
 - (D) A tarifa, quando cabível, tem natureza de tributo e é fixada no contrato, conforme determinado no edital de licitação.
 - (E) A responsabilidade do concessionário a danos provocados a terceiros é subjetiva e objetiva em relação ao concedente.
18. Sobre as despesas e os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado, assinale a alternativa correta.
- (A) As despesas do Estado, desde que fundamentadas e comprovadamente justificadas por seu ordenador, realizar-se-ão sem prévio empenho e respectiva contabilização.
 - (B) As pessoas que recebam dinheiro ou valores públicos não estão obrigadas à prestação de contas, exceto se exercerem atividade pública.
 - (C) Quando se tratar de despesa vinculada a contrato, a anulação, devidamente justificada, deverá ser comunicada à Secretaria da Fazenda e à Receita Federal.
 - (D) As contratações a serem pagas com recursos provenientes de créditos especiais, com vigência plurianual, desde que justificadas, poderão ultrapassar os limites desses recursos.
 - (E) Nenhuma despesa poderá ser realizada quando imputada a dotação imprópria ou sem a existência de crédito que a comporte.

19. Assinale a alternativa correta sobre o princípio da continuidade do serviço público.
- (A) Também traduz o poder que a Administração Pública tem de zelar pelos bens que integram o seu patrimônio, por meio de medidas para impedir quaisquer atos que o ponham em risco.
 - (B) Tem como uma das conseqüências a necessidade de institutos como a suplência, a delegação e a substituição para preencher as funções públicas temporariamente vagas.
 - (C) Assegura a todos o acesso à informação e o resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício da atividade pública, a fim de resguardar a segurança da sociedade.
 - (D) Permite a desapropriação para o fomento de atividades consideradas particularmente benéficas ao progresso material do país, assim como a possibilidade de encampação de concessão.
 - (E) Assegura à Administração Pública a utilização de equipamentos e instalações da empresa com quem contrata, para observar a necessária adequação da indisponibilidade do interesse público.
20. Um ato administrativo praticado por agente putativo, ou seja, por aquele que tem a aparência de agente público, é considerado
- (A) nulo.
 - (B) anulável.
 - (C) suspeito.
 - (D) inexistente.
 - (E) válido.
21. Policial militar, com seu parceiro, estava tomando café em uma padaria, quando no local ingressou uma pessoa para assaltar o local. O policial, a fim de deter o meliante, disparou sua arma, atingindo terceira pessoa que se encontrava andando pela calçada, fora do estabelecimento, e sem qualquer relação com os fatos, vindo a falecer. Em razão desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) Não há responsabilidade do Estado, uma vez que o dano foi causado a terceiro, mas por culpa exclusiva do meliante.
 - (B) Não há responsabilidade do Estado, uma vez que se aplica ao caso a excludente de força maior.
 - (C) Não há responsabilidade objetiva do Estado, pois o policial, na situação em que se encontrava, não estava no exercício de seu ofício.
 - (D) Há responsabilidade objetiva do Estado, mesmo que o dano tenha sido suportado por terceiro aos fatos.
 - (E) Há responsabilidade subjetiva do Estado, por se tratar de dano causado a terceiro, que não fazia uso de um serviço público.
22. Os convênios a serem celebrados pelo Estado de São Paulo e suas autarquias dependem de autorização, exceto quando
- (A) houver parecer da Consultoria Jurídica que serve à Secretaria de Estado proponente ou autarquia.
 - (B) compreender obra ou serviço de engenharia, comprovando-se que a entidade destinatária dispõe de recursos próprios.
 - (C) o respectivo instrumento não estipule a transferência de recursos materiais e/ou financeiros por parte do Estado.
 - (D) houver prova de inexistência de débito para com o sistema de seguridade social, o fundo de garantia por tempo de serviço e a Fazenda do Estado de São Paulo.
 - (E) houver manifestação favorável das Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Regional e da Fazenda.

DIREITO AGRÁRIO

23. A atuação humana na atividade agrária pode se desenvolver por meio de
- (A) explorações rurais típicas, que abrangem a lavoura, o extrativismo animal e vegetal, a pecuária e a horti-granjearia.
 - (B) explorações rurais atípicas por meio do extrativismo rural, consistente na extração de produtos vegetais e captura de animais.
 - (C) explorações rurais típicas, que abrangem a lavoura, a pecuária e o beneficiamento ou transformação dos produtos rústicos.
 - (D) atividade complementar da exploração agrícola por meio da agroindústria, a qual se realiza nos processos industrializantes do produto, como produção de farinha e beneficiamento de arroz.
 - (E) explorações rurais atípicas, que envolvem o transporte e a comercialização de produtos.
24. Assinale a alternativa correta, a partir da definição trazida pelo Estatuto da Terra.
- (A) Imóvel rural é o prédio rústico, de área contínua, localizado na zona rural que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer por meio de planos públicos de valorização, quer por meio de iniciativa privada.
 - (B) Nos termos da teoria da localização vigente no direito pátrio, são considerados imóveis rurais os localizados fora do perímetro urbano.
 - (C) A definição do imóvel como rural ou urbano é aferida pela destinação do bem. Será rural se destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.
 - (D) Um imóvel situado na zona urbana deve pagar IPTU, de forma que não há que se falar em imóveis rurais no perímetro urbano.
 - (E) Imóvel rural é o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização que se destina à comercialização e à industrialização da produção agrícola, pecuária ou agroindustrial.

25. João possui várias propriedades rurais. Dentre elas, uma propriedade, em razão de praga na lavoura de tomate, obteve Grau de Eficiência de Exploração (GEE) de 90%, não obstante o Grau de Utilização da Terra (GUT) tenha sido superior a 100%. Diante desses fatos, pode-se afirmar que
- (A) o imóvel de João é produtivo, pois o GEE é superior a 80% e o GUT foi de 100%.
 - (B) o imóvel de João é considerado improdutivo por ter GEE inferior a 100%, não obstante o GUT tenha sido superior a 100%.
 - (C) o imóvel de João não perderá a qualificação de propriedade produtiva se comprovar através de órgão competente que o percentual de GEE de 90% decorreu de caso fortuito ou força maior.
 - (D) como João tem mais de uma propriedade rural, em razão do percentual de GEE, terá seu imóvel desapropriado para fins de reforma agrária.
 - (E) a propriedade de João não pode ser considerada improdutiva, pois o GUT foi superior a 100%.
26. Assinale a alternativa correta.
- (A) O módulo fiscal corresponde a uma medida de área expressa em alqueires, fixada para cada município, com finalidade de determinar o valor do Imposto Territorial Rural (ITR).
 - (B) O módulo rural estabelece parâmetro para classificação do imóvel quanto ao tamanho, na forma da Lei Federal n.º 8.629, de 1993.
 - (C) O módulo rural equivale à área mínima necessária ao aproveitamento econômico do imóvel rural para o sustento familiar, com a finalidade de implementar o princípio constitucional da função social da propriedade.
 - (D) O módulo fiscal é calculado para cada região do Estado, e busca refletir a área mediana dos módulos rurais dos imóveis rurais da região.
 - (E) O módulo rural corresponde a uma medida de área em alqueires, equivalente à área média necessária ao aproveitamento econômico do imóvel rural para o sustento familiar.
27. Pedro é viúvo e trabalha com seus 3 filhos num imóvel rural com dimensão equivalente a dois módulos rurais. Com o seu falecimento, considerando ser o único bem de Pedro,
- (A) seus herdeiros adquirem por sucessão o imóvel, na proporção de 1/3 cada, devendo ser procedida a divisão do bem que deve ser registrado no cartório de registro de imóveis.
 - (B) seus filhos herdaram o imóvel rural, obtendo o domínio, mas não poderão dividir o imóvel em dimensão menor, por serem dois módulos de propriedade rural o mínimo permitido pela legislação.
 - (C) somente o filho que comprovar que continuará laborando na terra terá direito a receber o imóvel em sucessão, diante do princípio da função social da propriedade.
 - (D) em razão do princípio da indivisibilidade do imóvel rural, os herdeiros devem eleger um deles para ter o bem registrado em seu nome.
 - (E) os herdeiros adquirem por sucessão o domínio do imóvel, mas não poderão dividi-lo em outros de dimensão inferior ao módulo de propriedade rural.
28. Nos termos do Estatuto da Terra, assinale a alternativa correta.
- (A) É considerado latifúndio o imóvel rural que excede quinhentas vezes o módulo fiscal.
 - (B) É considerado latifúndio o imóvel rural que tendo dimensão igual ou superior a um módulo rural, seja mantido inexplorado, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.
 - (C) É considerado latifúndio o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais tenha sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.
 - (D) É considerado minifúndio o imóvel rural de área e possibilidades suficientes para possibilitar o sustento e o progresso econômico e social daqueles que nele trabalham.
 - (E) O minifúndio, por realizar a função social da propriedade, não pode ser objeto de desapropriação.
29. Quanto à distribuição de terras, é correto afirmar que o título de domínio e a concessão de uso
- (A) serão conferidos ao homem ou à mulher, ou ambos, desde que casados ou em união estável.
 - (B) não podem ser conferidos ao desapropriado.
 - (C) não podem ser conferidos aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários em outros imóveis.
 - (D) podem ser conferidos aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar.
 - (E) podem ser conferidos aos agricultores da região, cuja propriedade seja suficiente para o sustento próprio e de sua família.
30. Assinale a alternativa correta.
- (A) As terras sem dono são consideradas terras devolutas.
 - (B) Todas as terras devolutas dentro do Estado membro a este pertencem.
 - (C) Inexistindo registro imobiliário do imóvel, presume-se que o mesmo seja público (terras devolutas).
 - (D) Todas as terras devolutas podem ser objeto de usucapião.
 - (E) As terras sem dono, para serem consideradas devolutas, dependem de propositura de ação discriminatória pelo Estado onde deve fazer prova de seus domínios.

31. Nos termos da Lei Federal n.º 8.629/93, assinale a alternativa correta.
- (A) Para aferir o cumprimento da função social da propriedade, a União, por meio do órgão federal competente, pode ingressar em imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações mediante prévia comunicação ao proprietário.
 - (B) A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 5 (cinco) anos.
 - (C) Não é possível incluir nos títulos de domínio ou de concessão de uso, cláusulas resolutivas prevendo resolução do contrato, pois os concessionários têm direito de adquirir, ao final, o título de domínio.
 - (D) Pode ser beneficiário da distribuição de imóveis rurais o proprietário rural e quem já tenha sido contemplado anteriormente com parcelas em programa de reforma agrária.
 - (E) A obtenção de terras rurais destinadas à implantação de projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária não necessita ser precedida de estudo sobre a viabilidade econômica e a potencialidade de uso dos recursos naturais.
32. Nos termos da Lei Estadual que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e o Decreto que o regulamenta, assinale a alternativa correta.
- (A) Os títulos de legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos será expedido pelo Estado.
 - (B) Os títulos de legitimação de posse não devem ultrapassar o limite de 100 hectares, por recaírem sobre terras devolutas.
 - (C) O título de legitimação de posse será expedido a todos os que se apresentarem junto ao ITESP e forem identificados como descendentes de Comunidade de Quilombos.
 - (D) O procedimento para identificação e demarcação das áreas ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades de Quilombos se inicia unicamente por meio de requerimento das associações de Remanescentes de Comunidades de Quilombo.
 - (E) As associações dos Remanescentes de Comunidades de Quilombos, por se tratar de entidades parciais, não participam nos processos de identificação e demarcação de suas respectivas áreas.
33. Assinale a alternativa correta sobre os direitos da pessoa natural.
- (A) Os ébrios habituais e viciados em tóxicos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos da vida civil.
 - (B) Pode ser decretada a morte presumida, sem decretação da ausência, se alguém, feito prisioneiro, não for encontrado até cinco anos após o término da guerra.
 - (C) A disposição gratuita do corpo, no todo ou em parte, depois da morte, é inválida com objetivo científico ou altruístico.
 - (D) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio, sem dela haver notícia, se não houver representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, de ofício, declarará a ausência e nomeará como curador os herdeiros legítimos.
 - (E) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendido, o prenome e sobrenome. O pseudônimo goza da mesma proteção, desde que adotado para atividades lícitas.
34. É correto afirmar sobre a responsabilidade civil:
- (A) a equidade é um dos parâmetros a ser considerado como critério para a fixação da indenização no caso de responsabilidade civil de ato ilícito, cometido por incapaz, considerando como balizas a dignidade da pessoa humana e a impossibilidade de privação do necessário à pessoa, nos casos de pais, tutores e curadores.
 - (B) no caso de destruição de coisa alheia como fim de remover perigo iminente, constatado o estado de necessidade, não há o direito à indenização do prejuízo sofrido a favor de qualquer pessoa lesada.
 - (C) a responsabilidade por produtos postos em circulação é das empresas e dos empresários individuais junto ao público em geral, sendo caso de se apurar sempre, no caso concreto, a responsabilidade subjetiva.
 - (D) o dono de estabelecimento de ensino tem responsabilidade civil por ato de terceiro pela culpa *in instruendo*, ou seja, responsabilidade subjetiva que requer a comprovação do dano, com direito à reversão do ônus da prova.
 - (E) o dono ou detentor de animal ressarcirá o dano por este causado, aplicando-se as regras da responsabilidade objetiva.

35. A pessoa jurídica é reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações, sobre a qual assinale a alternativa correta.
- (A) Autarquias de regime especial e partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (B) Compreende os organismos abstratos despersonalizados, como é o caso da herança jacente ou da massa falida.
 - (C) Pode ter a personalidade jurídica desconsiderada se for caracterizado abuso pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
 - (D) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado, incluindo-se neste rol a Santa Sé e os organismos internacionais regidos pelo direito internacional público, com sede no território nacional.
 - (E) Até a extinção é protegida de forma irrestrita pelos direitos inerentes à personalidade.
36. Sobre a classificação de um bem como público, é correto afirmar:
- (A) torna-o inalienável, em todos os casos.
 - (B) se classificado como bem de uso comum do povo, é inalienável; se catalogado como bem de uso especial, alienável.
 - (C) quando pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado são classificados, em regra, como bens de uso especial.
 - (D) não podem ser sujeitos a usucapião e, se classificados como dominicais, podem ser alienados, observadas as exigências da legislação vigente.
 - (E) somente os bens dominicais podem ter o uso comum gratuito ou retribuído.
37. É correto afirmar sobre o perfil interpretativo do negócio jurídico:
- (A) o silêncio não tem consequência concreta a favor das partes.
 - (B) se da declaração de vontade for detectado o falso motivo, o negócio jurídico será sempre anulado.
 - (C) se presumem fraudulentários os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural ou industrial.
 - (D) os credores quirografários podem anular a prática de negócios de transmissão gratuita de bens, se os praticar o devedor já insolvente, com exceção da remissão de dívida.
 - (E) o erro substancial sucede quando incide sobre a natureza do negócio, ou objeto principal de declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
38. Sobre a obrigação indivisível, é correto afirmar que
- (A) havendo dois ou mais devedores, cada qual será obrigado a pagar a respectiva quota parte, aplicando-se a regra *pro parte*.
 - (B) o devedor que paga a dívida, sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.
 - (C) se um dos credores remitir a dívida, a obrigação ficará extinta em relação aos demais.
 - (D) não admite a transação, novação, compensação com apenas um dos credores, caso em que opera a extinção global do débito.
 - (E) não pode ser convertida em obrigação divisível, pois cada devedor é obrigado pela dívida toda.
39. Assinale a alternativa correta sobre o contrato aleatório.
- (A) É nulo por regulamentar jogos de azar e apostas.
 - (B) É o contraponto do contrato paritário, por limitar a liberdade de convenção e não permitir a transigência.
 - (C) Se tiver por objeto a alienação de coisa futura, o adquirente assume o risco em relação à inexistência e à quantidade da coisa (maior ou menor), tendo o alienante direito a receber todo o preço, em qualquer das hipóteses.
 - (D) Não existe a possibilidade de ação redibitória para os contratos aleatórios.
 - (E) Admite a anulação somente na hipótese de lesão, uma vez configurada a desproporção da contraprestação.
40. A prescrição é fator de extinção da pretensão de exigir uma prestação devida em razão de inércia, deixando escoar o prazo legal. Assinale a alternativa correta quanto ao instituto.
- (A) É possível a renúncia da prescrição, de forma expressa ou tácita, desde que não cause prejuízo a terceiro e seja efetuado antes da sua consumação.
 - (B) Pode ser interrompida somente uma vez, por qualquer dos interessados, sendo que recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para interrompê-la.
 - (C) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer o absolutamente incapaz.
 - (D) São causas impeditivas a existência de questão prejudicial e a solidariedade ativa entre credores diante de obrigação indivisível.
 - (E) A condição de prescribente autoriza as pessoas físicas e jurídicas, que possuam autorização legal, a alterar contratualmente os prazos prescricionais, o qual passa a valer como lei entre as partes, no caso concreto.

41. É correto afirmar sobre a extinção das obrigações:

- (A) a novação ocorre quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor; quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, porém, se o novo devedor for insolvente, não tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro, salvo se este obteve por má-fé a substituição.
- (B) considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, não sendo cabível a consignação de imóvel ou corpo certo.
- (C) o pagamento com sub-rogação opera-se, de pleno direito, do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel, de modo a transferir ao novo credor direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, somente contra o devedor principal, excluindo-se os fiadores.
- (D) na imputação ao pagamento de dois ou mais débitos, se o devedor for omissivo, ao não indicar a qual deles oferece pagamento, sendo todos da mesma natureza, líquidos ou ilíquidos, determina a lei que se fará em primeiro lugar a quitação do mais oneroso e, em segundo, o com vencimento mais próximo à data do depósito.
- (E) na dação em pagamento o credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, porém, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de compra e venda.

42. Assinale a alternativa correta sobre a usucapião no direito brasileiro.

- (A) Aquele que, contínua e incontestadamente, possuir por dez anos a propriedade do imóvel, adquirida de forma onerosa, com registro do título cancelado, posteriormente, terá direito a adquiri-lo desde que comprove a realização de investimentos de interesse social e econômico.
- (B) Tem direito a adquirir o domínio do imóvel rural aquele que não sendo proprietário de outro imóvel, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área não superior a duzentos e cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, comprovada a boa-fé.
- (C) Aquele que exercer, por dois anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até duzentos e cinquenta metros quadrados cuja propriedade divida com ex-cônjuge, ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) Aquele que possuir, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, um imóvel, adquirir-lhe-á a propriedade se comprovar o justo título e a utilização para fins de moradia habitual ou serviços de caráter produtivo.
- (E) As áreas urbanas e rurais com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por dez anos, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que todos os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel, de modo que, cabe ao Poder Judiciário delimitar a área cabível a cada possuidor.

43. De acordo com o art. 259 do CPC, o valor da causa constará sempre da petição inicial e será,

- (A) na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até publicação da sentença.
- (B) em caso de pedidos alternativos, a soma dos valores de todos eles.
- (C) na hipótese de cumulação de pedidos, o valor do pedido principal.
- (D) quando o litígio tiver por objeto a modificação de negócio jurídico, o valor do contrato.
- (E) na ação de alimentos, a soma das 3 (três) últimas prestações mensais.

44. “A”, após ter seu recurso de apelação improvido, interpôs recursos extraordinário e especial, os quais foram inadmitidos no primeiro juízo de admissibilidade, realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Nesse caso, pode-se afirmar que se “A” desejar recorrer integralmente das decisões

- (A) caberão dois recursos de agravo, nos próprios autos, no prazo de 10 dias, dirigidos à presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo.
- (B) caberá apenas um recurso de agravo, nos próprios autos, no prazo de 10 dias, dirigido à presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo.
- (C) caberão dois agravos de instrumento, dirigidos, respectivamente, para o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 5 dias, dirigido à presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo.
- (E) deverá instruir eventual recurso de agravo com os comprovantes de pagamento de custas e despesas postais.

45. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se atentatório à dignidade da justiça o ato do executado que resiste injustificadamente às ordens judiciais, bem como quando intimado, não indica ao juiz, em 10 dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- (B) Nos casos de ato atentatório à dignidade da justiça, o devedor incidirá em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 10% do valor atualizado do débito em execução, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.
- (C) O juiz relevará a pena, se o devedor se comprometer a não mais praticar qualquer ato definido como atentatório à dignidade da justiça e der fiador idôneo, que responda ao credor pela dívida principal, juros, despesas e honorários advocatícios.
- (D) A multa fixada pelo juiz, no caso de ato atentatório à dignidade da justiça, reverterá em proveito do Estado, sendo exigível na própria execução.
- (E) Havendo ato atentatório à dignidade da justiça, a multa fixada pelo juiz, reverterá em proveito do Estado, sendo exigível em autos apartados aos da execução.

46. “A” propôs ação cautelar preparatória, sendo-lhe deferida liminarmente a medida cautelar. Assim pode-se afirmar que, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) “A” terá 30 dias, do deferimento da liminar, para propor ação principal, sob pena de cessação dos efeitos da medida cautelar preparatória.
 - (B) a medida cautelar terá sua eficácia cessada, caso não seja executada no prazo de 30 dias.
 - (C) a medida cautelar conservará sua eficácia na pendência do processo principal, sendo vedada sua modificação.
 - (D) eventual extinção do processo principal, sem resolução de mérito, não cessará a eficácia da medida cautelar.
 - (E) salvo decisão judicial em contrário, cessa a eficácia da medida cautelar durante o período de suspensão do processo.
47. Assinale a alternativa correta.
- (A) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, mesmo que seus requisitos estejam devidamente provados.
 - (B) É vedado ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse, sendo-lhe lícito, no entanto, cumular, ao pedido possessório, o pedido de condenação em perdas e danos.
 - (C) Na pendência do processo possessório, é lícito ao réu intentar a ação de reconhecimento do domínio.
 - (D) Na pendência do processo possessório, é lícito ao autor intentar a ação de reconhecimento do domínio.
 - (E) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor, provisoriamente mantido na posse, carece de idoneidade financeira para, no caso de decair da ação, responder por perdas e danos, o juiz assinar-lhe-á o prazo de 5 (cinco) dias para requerer caução sob pena de ser depositada a coisa litigiosa.
48. “A” impetrou Mandado de Segurança em face de autoridade administrativa, sendo-lhe concedida medida liminar. Assim, é correto afirmar, com base nas regras estabelecidas na Lei 12.016/09, que
- (A) será decretada caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público, caso o impetrante crie obstáculo ao normal andamento do processo ou deixe de promover, por mais de 2 (dois) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
 - (B) será decretada perempção da medida liminar *ex officio*, caso o impetrante crie obstáculo ao normal andamento do processo ou deixe de promover, por mais de 24 horas, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
 - (C) a autoridade administrativa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação da medida liminar, deverá remeter, ao Ministério ou órgão a que se acha subordinada e a quem lhe representa judicialmente, cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.
 - (D) a pessoa jurídica de direito público interessada, visando a evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, poderá requerer ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, a suspensão da execução da liminar, cabendo, contra tal decisão, agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, a ser julgado na sessão seguinte à sua interposição.
 - (E) o Ministério Público, visando a evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, poderá requerer ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, a suspensão da execução da liminar, decisão que, se concedida, será irrecorrível.
49. O prazo para contestar ação popular
- (A) é de 20 (vinte) dias, improrrogáveis.
 - (B) é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que requerido pelo interessado, no caso de difícil produção de prova testemunhal.
 - (C) poderá ser prorrogado a requerimento do interessado, no caso de difícil produção de prova documental.
 - (D) inicia-se no dia seguinte ao da citação pessoal ou do decurso do prazo assinado em edital.
 - (E) inicia-se no dia útil seguinte ao da citação pessoal, independentemente da entrega do mandado cumprido em cartório.

50. De acordo com a Lei n.º 7.347/85, não é cabível ação civil pública para veicular pretensão que diga respeito a
- (A) fundo de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
 - (B) danos a bens de valor artístico, estético e paisagístico.
 - (C) danos a bens e direitos de valor histórico e turístico.
 - (D) danos ao meio ambiente, ao consumidor e à ordem urbanística.
 - (E) danos por infração da ordem econômica.
51. De acordo com a Lei n.º 8.429/92, estando a inicial da ação de reparação por atos de improbidade em forma, o juiz mandará autuá-la e
- (A) ordenará a citação do requerido, para que ofereça contestação, no prazo de 15 dias.
 - (B) ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, no prazo de 15 dias.
 - (C) rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade.
 - (D) extinguirá o processo sem resolução de mérito, se convencido da inadequação da via eleita.
 - (E) extinguirá o processo sem resolução de mérito, se convencido da improcedência da ação.
52. De acordo com a Lei n.º 8.437/92, assinale a alternativa correta.
- (A) Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal, salvo nos processos de ação popular e de ação civil pública.
 - (B) No mandado de segurança coletivo, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - (C) Na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - (D) O recurso voluntário interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público, que importe reclassificação funcional, não terá efeito suspensivo.
 - (E) O reexame necessário de sentença proferida em processo cautelar contra pessoa jurídica de direito público, denominado pela lei de recurso *ex officio*, que importe em outorga ou adição de vencimentos, não terá efeito suspensivo.
53. Para fins de contratação, é possível exigir-se do candidato a emprego a comprovação de experiência prévia na atividade
- (A) não superior a 6 meses.
 - (B) superior a 6 meses.
 - (C) superior a 12 meses.
 - (D) não superior a 18 meses.
 - (E) não superior a 12 meses.
54. Dentre as possibilidades de contratação de empregado por prazo determinado asseguradas na Consolidação das Leis do Trabalho, é possível destacar aquela que
- (A) atende a conveniência do empregado, tendo em vista o princípio protetor.
 - (B) se destina à satisfação de serviço que poderia ser terceirizado.
 - (C) envolve serviços de natureza transitória.
 - (D) envolve o trabalhador avulso.
 - (E) objetiva o interesse da empresa, quando se trata de candidato ao primeiro emprego.
55. A convenção coletiva de trabalho
- (A) é o acordo coletivo celebrado com mais de uma empresa.
 - (B) pode ter prazo de vigência superior a 2 anos.
 - (C) entra em vigor 48 horas após o protocolo perante a Superintendência Regional do Trabalho.
 - (D) será celebrada por escrito, não se admitindo emendas nem rasuras.
 - (E) não admite prorrogação, revisão ou denúncia.
56. A estabilidade destinada à gestante não inviabiliza a despedida da empregada, desde que
- (A) haja a devida apuração do ato faltoso grave mediante inquérito judicial para apuração de falta grave.
 - (B) a empregada incorra em algum ato faltoso grave previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (C) haja a devida apuração do ato faltoso grave mediante inquérito administrativo, em que seja permitido o amplo direito de defesa da empregada.
 - (D) o estado gestacional não seja de conhecimento do empregador.
 - (E) se trate de contrato por prazo determinado.

57. O contrato de aprendizagem
- (A) é contrato especial, ajustado por escrito e por prazo indeterminado.
 - (B) não pode ser celebrado por aprendiz com idade superior a 24 anos.
 - (C) não pode ser celebrado por aprendiz com deficiência intelectual.
 - (D) assegura ao aprendiz o salário mínimo mensal, salvo condição mais vantajosa.
 - (E) poderá ser estipulado por mais de 2 anos quando se tratar de aprendiz com deficiência.

58. Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) O salário-utilidade compreende a assistência médica, hospitalar e odontológica fornecida pelo empregador.
- (B) Compreende-se na remuneração do empregado o salário pago diretamente pelo empregador e as gorjetas recebidas.
- (C) O salário pode ser estipulado por período superior a 1 mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
- (D) Os planos de previdência privada, seguros de vida e de acidentes pessoais integram o salário do empregado.
- (E) A habitação e alimentação fornecidas como salário-utilidade são direitos do empregado e não podem compor o salário-mínimo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

59. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações

- (A) que decorrem das relações de trabalho, inclusive servidores públicos estatutários.
- (B) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- (C) que decorrem das relações de trabalho, exceto empregados públicos.
- (D) que envolvem o exercício do direito de locaute.
- (E) que decorrem das relações de trabalho, exceto trabalhadores avulsos.

60. No caso de conciliação no processo do trabalho, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível,

- (A) exceto para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- (B) exceto se houver violação de norma de ordem pública.
- (C) inclusive para a Previdência Social e Receita Federal do Brasil.
- (D) podendo ser desconstituído por meio de ação anulatória.
- (E) exceto para o Ministério Público do Trabalho.

61. No processo do trabalho, as autarquias estaduais

- (A) poderão ouvir até 3 testemunhas, exceto se a demanda estiver submetida ao procedimento sumaríssimo.
- (B) não se sujeitam à revelia.
- (C) tem prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar a ação.
- (D) não se sujeitam ao preparo dos recursos.
- (E) estão isentas do pagamento de custas, mas devem realizar o depósito recursal.

62. A reclamação trabalhista

- (A) deve ser escrita, quando apresentada pelo empregador.
- (B) não pode ser apresentada pelo empregador.
- (C) deve ser reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou diretor de secretaria, se verbal.
- (D) deve ser escrita, por meio de advogado, quando apresentada pelo empregado.
- (E) não admite o *jus postulandi* das partes, conforme entendimento recente do Tribunal Superior do Trabalho.

63. No processo do trabalho, os embargos à execução

- (A) devem ser apresentados no prazo de 10 dias após a garantia do juízo ou penhora de bens.
- (B) devem ser apresentados no mesmo prazo do agravo de petição.
- (C) comportam apenas prova documental.
- (D) são apreciados após o julgamento da impugnação à sentença de liquidação.
- (E) não tem natureza recursal.

64. Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.
- (A) Contra as decisões em processo trabalhista, são admissíveis os recursos de embargos, recurso ordinário, agravo e recurso especial.
 - (B) Contra as decisões interlocutórias, no processo trabalhista, admite-se a interposição do agravo de instrumento.
 - (C) A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal suspende a execução do julgado pela Justiça do Trabalho.
 - (D) A sentença proferida na demanda sujeita ao procedimento sumaríssimo não comporta recurso ordinário.
 - (E) O recurso ordinário é cabível contra a decisão definitiva do Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança de sua competência originária.

DIREITO PENAL

65. Com relação às penas privativas de liberdade, é correto afirmar que
- (A) a pena de reclusão deverá ser cumprida sempre em regime fechado.
 - (B) considera-se regime fechado a execução da pena em colônia agrícola.
 - (C) a pena de detenção deverá ser cumprida sempre em regime aberto.
 - (D) considera-se regime semiaberto a execução da pena em casa de albergado.
 - (E) a pena de reclusão poderá ser cumprida em regime aberto.
66. Com relação ao concurso formal, assinale a alternativa que completa corretamente a sentença a seguir, nos termos do Código Penal.
- Quando o agente, mediante _____, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a _____ cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas _____, em qualquer caso, de _____ até metade.
- (A) duas ou mais ações ou omissões ... mais grave das penas ... diminuída ... um terço
 - (B) duas ações ... menos grave das penas ... aumentada ... um terço
 - (C) uma só ação ou omissão ... mais grave das penas ... aumentada ... um sexto
 - (D) duas ou mais ações ou omissões ... mais grave das penas ... diminuída ... um sexto
 - (E) uma só ação ou omissão ... menos grave das penas ... aumentada ... um terço

67. São crimes contra a fé pública, entre outros:
- (A) moeda falsa, fraude para recebimento de indenização, emissão irregular de conhecimento de depósito.
 - (B) fraude de lei sobre estrangeiros, fraude de concorrência, registro de nascimento inexistente.
 - (C) uso de documento falso, falsificação de produtos alimentícios, falsificação de documento público.
 - (D) falsificação de papéis públicos, fraude de lei sobre estrangeiros, adulteração de sinal identificador de veículo automotor.
 - (E) fraude de concorrência, falsificação de papéis públicos, falso reconhecimento de firma ou letra.
68. O fazendeiro de uma cidade do interior de São Paulo, que solicita aos assentados dinheiro a pretexto de influir na atuação de funcionário do ITESP a fim de facilitar a concessão de títulos de domínio visando a regularização fundiária, comete o crime de
- (A) corrupção passiva qualificada.
 - (B) tráfico de influência.
 - (C) advocacia administrativa.
 - (D) exploração de prestígio.
 - (E) estelionato.
69. Policiais Militares Ambientais comparecem a um assentamento e constatam a extração ilegal de madeira (crime ambiental). Trabalhadores assentados pedem aos policiais que não adotem providências, no que são prontamente atendidos e os policiais se retiram, sem que qualquer providência fosse implementada. Diante da afirmação anterior, e com relação aos crimes contra a Administração Pública, os Policiais Militares cometeram o crime de
- (A) exercício funcional ilegal.
 - (B) prevaricação para satisfazer interesse pessoal.
 - (C) condescendência criminosa.
 - (D) prevaricação para satisfazer sentimento pessoal.
 - (E) corrupção passiva privilegiada.
70. Com relação aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que o crime
- (A) de alteração de limites, não havendo emprego de violência e em propriedade particular, é de ação penal privada.
 - (B) de furto da coisa comum é de ação penal privada.
 - (C) de abandono de animais em propriedade alheia é de ação penal pública condicionada.
 - (D) de fraude à execução é de ação penal pública condicionada.
 - (E) de introdução de animais em propriedade alheia é de ação penal pública incondicionada.

71. A Política Nacional de Meio Ambiente, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, observa os seguintes princípios, dentre outros:
- (A) planejamento e fomento do uso de recursos destinados a combater a poluição em áreas degradadas.
 - (B) racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
 - (C) aumento de práticas que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental dos recursos hídricos.
 - (D) educação ambiental voltada privativamente ao ensino fundamental.
 - (E) incentivos ao estudo de espaços destinados ao cultivo e tratamento fitossanitário das explorações de abacaxi, citro e uva Niágara.
72. O Novo Código Florestal atenderá aos seguintes princípios, além de outros:
- (A) responsabilidade privativa da União na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa.
 - (B) criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.
 - (C) ação governamental de proteção e exploração econômica de florestas, com ênfase à proteção da vegetação nativa, rios e lagos interiores.
 - (D) melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha.
 - (E) afirmação do compromisso do Brasil com a proteção das suas florestas e diversidade do sistema climático e da vegetação nativa para a sadia qualidade das gerações.
73. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público
- (A) exigir, para instalação de obra ou atividade causadora de grave degradação do meio ambiente, estudo de impacto ambiental e de vizinhança.
 - (B) preservar e restaurar os processos ecológicos existentes em espaços territoriais especialmente protegidos.
 - (C) oferecer práticas que fomentem a comercialização e o emprego de técnicas que envolvam o manejo ecológico sustentável.
 - (D) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - (E) definir, em todas as unidades das Federação, espaços territoriais a serem protegidos, sendo a supressão permitida por meio de lei complementar, a que se dará publicidade.
74. A Constituição Federal de 1988, ao dispor que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, estabelece que
- (A) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pela União e Municípios, por ações discriminatórias, necessárias à proteção das espécies e ecossistemas naturais.
 - (B) as condições e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas, a sanções penais e à obrigação de reparar os danos causados.
 - (C) as usinas que operem com reator nuclear terão sua localização definida em leis complementares e estaduais.
 - (D) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
 - (E) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma de decreto, dentro de condições que preservem o manejo ecológico das espécies.
75. A licença ambiental, integralmente regular, concedida pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal:
- (A) libera o empreendedor licenciado de seu dever de reparar o dano ambiental.
 - (B) afasta a responsabilidade civil de reparar o dano ambiental.
 - (C) retira o caráter de ilicitude administrativa do ato causador de dano ambiental.
 - (D) não obsta à própria Administração Pública de sancionar o prejuízo ambiental, na hipótese de dano ao meio ambiente.
 - (E) no caso de dano ambiental, autoriza a Administração Pública a afastar os bens e valores ambientais protegidos pela Constituição Federal.
76. Acerca do inquérito civil, afirma-se que:
- (A) constitui procedimento administrativo indispensável para propositura de ações civis públicas pelas organizações não-governamentais.
 - (B) é competência do Conselho Colegiado do Ministério Público Federal estabelecer normas internas para sua atuação.
 - (C) nele se estabelece o contraditório.
 - (D) os interessados poderão solicitar cópias dos documentos correspondentes, com isenção das despesas de sua reprodução.
 - (E) há publicidade do procedimento, ressalvada matéria de interesse da segurança nacional ou de sigilo comercial ou industrial, ou outra matéria protegida por lei.

77. Sobre o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), um dos órgãos responsáveis pela gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), afirma-se que ele
- (A) deve requerer autorização ao Ministério do Meio Ambiente para obtenção de informações de qualquer unidade de conservação.
 - (B) tem poder para criar unidades de conservação.
 - (C) pode estabelecer regras para funcionamento das unidades de conservação.
 - (D) pode inspecionar as unidades de conservação e transmitir aos órgãos competentes as suas avaliações.
 - (E) terá a função decisória sobre a classificação das unidades, como regra.
78. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA, previsto no inciso IV, do parágrafo primeiro, do artigo 225 da Constituição Federal, constitui procedimento que
- (A) é concomitante à implantação da obra ou à realização da atividade.
 - (B) é sigiloso, admitindo-se a acessibilidade de parte do seu conteúdo ao público.
 - (C) quanto à sua exigência, é faculdade sujeita à discricionariedade da administração.
 - (D) não afasta a possibilidade de ser exigida, na renovação ou na revisão dos licenciamentos ambientais, a apresentação de um novo estudo.
 - (E) permite à Constituição Estadual criar formas permissivas ou flexíveis de seu controle.
79. Para a obtenção da regular Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – DCONP, o agricultor familiar, nos termos do Decreto Estadual n.º 57.755/12, que regulamenta a Lei n.º 14.591/11, que cria o PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), deverá
- (A) efetuar o seu credenciamento junto aos escritórios da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP ou à Casa da Agricultura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, com a apresentação dos documentos listados no Decreto.
 - (B) solicitar, a cada cinco anos, a renovação do credenciamento.
 - (C) interpor recurso quando do indeferimento do pedido de credenciamento, no prazo de dez dias, contados da ciência do respectivo ato.
 - (D) apresentar relatórios de desempenhos mensais.
 - (E) ser produtor urbano ou rural, por um período mínimo de três anos, a ser comprovado segundo os critérios rígidos fixados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.
80. Sobre a Lei n.º 14.750/12, que alterou a Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, é correto afirmar:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a vinte módulos fiscais, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão do direito de habitação para fins de moradia, aplicável é o instituto da regularização de posse.
 - (B) considera-se regularização de posse a alienação gratuita ao ocupante, pessoa física, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo de dez anos.
 - (C) será vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição da Lei n.º 14.750/12, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a 25 módulos fiscais.
 - (D) a Fazenda Estadual poderá desistir da discriminação das áreas não superiores a quinze módulos fiscais, mediante transação judicial homologada nos autos das respectivas ações discriminatórias, observadas as condições de pagamento previstas na Lei n.º 11.600/03.
 - (E) a comprovação da existência do exercício da função social da propriedade, pelo agricultor, operará presunção de veracidade relativa para o fim de regularização da posse em áreas devolutas.

